



[Atribuição BB CY 4.0](#)

Educação de Jovens e Adultos como território de Direitos Humanos: resistência e (re)existência de pessoas trans e travestis

Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo¹

Resumo

As desigualdades de gênero e as violações de direitos humanos contribuem para processos de exclusão educacional que atingem pessoas trans e travestis, cujas trajetórias escolares são frequentemente marcadas por discriminações e interrupções. Este artigo objetiva analisar como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é compreendida como território de direitos humanos, resistência e (re)existência em artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, publicados entre 2015 e 2025. A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, desenvolvida por meio de revisão sistemática da literatura. Os resultados demonstram que a EJA, apesar das contradições presentes no espaço escolar, pode constituir-se como território de reconhecimento, acolhimento e (re)existência, favorecendo o acesso, a permanência e a reconstrução de trajetórias escolares. Conclui-se que compreender a EJA na perspectiva dos direitos humanos implica reconhecê-la como espaço de afirmação das existências, garantia do direito à educação e enfrentamento das diferentes formas de exclusão.

Palavras-chave

Educação de Jovens e Adultos; Direitos Humanos; Pessoas Trans; Travestis; Reexistência.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Professor do Centro de Educação (CEDU), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - allan.figueiredo@cedu.ufal.br

Youth and Adult Education as a Territory of Human Rights: Resistance and (Re)existence of Transgender People and Travestis

Abstract

Gender inequalities and human rights violations contribute to processes of educational exclusion affecting trans and “travesti” individuals, whose educational trajectories are frequently marked by discrimination and interruptions. This article aims to analyze how Youth and Adult Education (EJA) is understood as a space of human rights, resistance, and (re)existence in articles available on the CAPES Journal Portal, published between 2015 and 2025. The research adopts a qualitative and exploratory approach, conducted through a systematic literature review. The results demonstrate that EJA – despite the contradictions present within the school environment – can serve as a space for recognition, inclusion, and (re)existence, fostering access, retention, and the reconstruction of educational trajectories. It is concluded that understanding EJA from a human rights perspective entails recognizing it as a space for affirming identities, guaranteeing the right to education, and confronting various forms of exclusion.

Keywords

Youth and Adult Education; Human Rights; Transgender People; Travestis; (Re)existence.

Recebido em: 13/07/2026
Aprovado em: 14/09/2026

Introdução

A educação constitui um direito humano fundamental, condição indispensável para o exercício pleno da cidadania, e tem como propósito “formar cidadãos e cidadãs conscientes e críticos para atuar em sociedade, para serem capazes de transformá-la em benefício da coletividade, atendendo a um bem comum” (Lira *et al.*, 2023, p. 82). No entanto, em um país marcado por profundas desigualdades sociais, o acesso, a permanência e o reconhecimento nos espaços educativos permanecem distribuídos de forma desigual. Entre os grupos historicamente submetidos a processos de invisibilização, exclusão e violência destacam-se as pessoas trans e travestis, cujas trajetórias são frequentemente atravessadas pela negação de direitos, pela precarização das condições de vida e pela necessidade permanente de afirmar suas identidades em contextos que insistem em negá-las (Andrade, 2015).

Na América Latina, e especialmente no Brasil, essas experiências são agravadas por elevados índices de violência física, simbólica e institucional. O relatório *Trans Murder Monitoring* (TGEU, 2025) aponta que a América Latina e o Caribe concentram a maior parte dos assassinatos de pessoas trans registrados no mundo. No Brasil, o *Dossiê: Registro Nacional de Mortes de Pessoas Trans no Brasil em 2024* registra 105 mortes, mantendo o país, pelo 17º ano consecutivo, na liderança mundial desse tipo de violência (Rede Trans Brasil, 2025). Para além da violência letal, pessoas trans e travestis enfrentam discriminações persistentes no acesso à educação, ao trabalho, à saúde e à proteção social, revelando que a exclusão decorre de mecanismos estruturais que limitam o exercício de direitos (Dourado; Costa; Santos, 2024).

Nesse cenário, a escola ocupa uma posição paradoxal. Embora possa constituir-se como espaço de formação humana, emancipação e cidadania, também reproduz normas cisheteronormativas, silencia diferenças e contribui para processos de exclusão de estudantes trans e travestis (Andrade, 2019). As pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas demonstram que a evasão escolar desse público não pode ser compreendida como uma decisão individual (Bento, 2011; Xavier, 2023), pois trata-se de um fenômeno socialmente produzido, relacionado à transfobia, à discriminação cotidiana, à negação do nome social, às violências de gênero e à insuficiência de políticas institucionais comprometidas com o reconhecimento das diferenças (Bento, 2014). Em muitos casos, a ruptura

da escolarização ocorre ainda na Educação Básica, comprometendo oportunidades de inserção social, profissional e cultural.

É nesse contexto que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) assume relevância, uma vez que, como modalidade destinada a sujeitos que tiveram seus percursos escolares interrompidos ou negados (Brasil, 1996), acolhe trajetórias marcadas por desigualdades de classe, raça, gênero, território e geração (Arroyo, 2017). Entre seus/as estudantes encontram-se pessoas trans e travestis que retornam à escola após experiências de exclusão, buscando não apenas a certificação escolar, mas também reconhecimento social, reconstrução de projetos de vida e ampliação do exercício da cidadania, reconquistando o direito de sonhar outros possíveis. Nessa perspectiva, a modalidade pode constituir-se como um espaçotempo de acolhimento, resistência e (re)existência, no qual sujeitos historicamente marginalizados encontram possibilidades de reconstruir vínculos com o conhecimento, afirmar identidades e produzir novas formas de pertencimento social.

Apesar da relevância dessa discussão, a articulação entre EJA, direitos humanos e experiências trans e travestis ainda constitui um campo cuja reflexão acadêmica precisa ser consolidada. Diante desse contexto, o presente estudo parte da seguinte problemática: de que maneira as pesquisas produzidas entre 2015 e 2025 revelam a EJA como um território de garantia de direitos, resistência e (re)existência de pessoas trans e travestis frente às violências que atravessam suas trajetórias educacionais?

Com o propósito de responder a essa questão, o estudo tem como objetivo compreender, por meio de uma revisão sistemática de artigos publicados entre 2015 e 2025, como tem se desenvolvido no Brasil a reflexão acadêmica sobre a EJA enquanto território de direitos humanos, resistência e (re)existência de pessoas trans e travestis diante das múltiplas violências que historicamente produzem sua exclusão educacional. O percurso metodológico é de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida a partir da revisão sistemática de artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A análise busca compreender os sentidos atribuídos à presença de pessoas trans e travestis na EJA como território de direitos humanos, bem como identificar os desafios, as tensões e as possibilidades presentes em suas experiências de escolarização. Para isso, o artigo está organizado em três seções.

A primeira discute as aproximações entre a EJA e as trajetórias de pessoas trans e travestis; a segunda analisa as formas de exclusão e violência mostradas nos artigos analisados; e a terceira problematiza as potencialidades da EJA como território de direitos humanos, resistência e (re)existência, destacando contribuições para a construção de práticas educativas comprometidas com a dignidade humana e a democratização da educação.

A Educação de Jovens e Adultos e os sujeitos trans e travestis: espaçotempos de existências

99

A EJA configura-se como uma modalidade da Educação Básica fundamentada no direito à educação e no reconhecimento de que milhares de sujeitos tiveram seus processos de escolarização interrompidos ou negados ao longo da vida. Prevista na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996), a EJA materializa o compromisso do Estado com a democratização do acesso ao conhecimento e com a reparação de desigualdades educacionais historicamente produzidas (Brasil, 2000).

Nessa perspectiva, a modalidade pode ser compreendida como espaço de acolhimento de trajetórias marcadas por diferentes formas de exclusão. Para Arroyo (2017), seus sujeitos, os “passageiros da noite”, carregam histórias atravessadas pela negação de direitos, pelo trabalho precoce e por desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero. Nesse contexto, inserem-se as trajetórias de pessoas trans e travestis que, apesar da garantia constitucional do direito universal à educação (Brasil, 1988), vivenciam constrangimentos, discriminações, negação do nome social e violências físicas e simbólicas que deslegitimam suas identidades e podem transformar a escola em espaço de exclusão (Alves; Leal, 2023). Suas experiências manifestam, de maneira contundente, os efeitos de estruturas sociais que hierarquizam vidas e existências, permitindo reconhecê-las não como sujeitos periféricos à EJA, mas como parte das trajetórias de resistência e luta pelo direito à educação que historicamente constituem essa modalidade (Círico; Silva; Casa Nova, 2025).

Essa compreensão articula-se à pedagogia de Freire (2020), que concebe a educação como prática de liberdade e processo permanente de humanização. No caso das pessoas trans e travestis, uma educação humanizadora exige o

reconhecimento de suas identidades, narrativas e saberes, rompendo com práticas que invisibilizam suas experiências. A instituição escolar tem consolidado práticas que tomam a cisgeneridade e a heterossexualidade como referências universais, relegando à invisibilidade aqueles/as que desafiam esses padrões (Andrade, 2019). A exclusão de estudantes trans e travestis, portanto, não decorre de suas identidades, mas de estruturas escolares organizadas segundo pressupostos binários que restringem o reconhecimento da diversidade humana (Passos, 2022).

Ao aprofundar essa discussão, Bento (2017) afirma que as experiências trans revelam os limites dos sistemas normativos que regulam os modos considerados legítimos de existir. Ao desafiar essas normas, pessoas trans e travestis ampliam as possibilidades de compreender educação, cidadania e direitos humanos. Como afirma Candau (2008, p. 54), “as relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência radical”. Nessa mesma direção, Ballestreri (1999, p. 35-36) ressalta que “só se educa em direitos humanos quem se humaniza e só é possível investir completamente na humanização a partir de uma conduta humanizada”.

Sob essa perspectiva, a presença de pessoas trans e travestis na EJA pode ser compreendida como experiência de resistência e (re)existência. O conceito de (re)existência ultrapassa a ideia de enfrentamento das opressões e refere-se à criação de novas formas de viver, aprender, ocupar espaços e produzir sentidos para a existência, construindo saberes e reivindicando reconhecimento social e epistemológico (Andrade, 2029; Oliveira, 2020). Essa reflexão aproxima-se da análise de Butler (2018), segundo a qual determinadas vidas são submetidas a condições desiguais de reconhecimento social. A precarização das existências trans e travestis não decorre de características individuais, mas de relações de poder que estabelecem quais sujeitos são considerados plenamente humanos. Assim, a luta pelo direito à educação articula-se à luta pelo reconhecimento, pela dignidade e pela participação social. Nesse sentido, desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos significa promover “a possibilidade de aprofundar a consciência de sua própria dignidade, a capacidade de reconhecer o outro, de vivenciar a solidariedade, a partilha, a igualdade na diferença e a liberdade” (Nascimento, 2000, p. 121).

Quando acolhe estudantes trans e travestis em suas singularidades, a EJA amplia sua função social e política, deixando de ser apenas uma modalidade voltada à “reposição” da escolaridade para constituir-se como um território de reconhecimento, pertencimento e produção de novas possibilidades de existência. Nessa direção, aproxima-se da concepção de bell hooks (2017), para quem a educação, enquanto prática da liberdade, fortalece sujeitos, produz pertencimento e reafirma que todas as vidas possuem igual dignidade e direito de ocupar os espaços do conhecimento. Como afirma Tavares (2007, p. 491), “é a realidade – a educativa e a social – que deve pautar todas as ações de construção desse processo cujo objetivo maior é a afirmação de uma cultura de direitos humanos”. É nesse horizonte que a EJA se afirma como território de direitos humanos, resistência e (re)existência, comprometida com a construção de uma sociedade democrática, plural e radicalmente humana, com um rosto colorido pelas diversidades/diferenças.

Entre violências e expulsões: a reflexão acadêmico-científica sobre os processos de exclusão escolar

A presente seção analisa a reflexão acadêmico-científica acerca das experiências educacionais de pessoas trans e travestis, especialmente no que se refere às violências que atravessam suas trajetórias escolares e às possibilidades de acolhimento construídas na EJA. Na seleção dos artigos, foram utilizados os descritores “pessoas trans *and* EJA”, “travestis *and* EJA”, “Direitos Humanos *and* EJA”, “pessoas trans *and* travestis *and* escola”. Como critérios de inclusão, foram considerados títulos, resumos e introduções. Para serem escolhidos, os textos deveriam abordar, especificamente, o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos de pessoas trans e travestis, refletindo sobre a modalidade EJA como espótempo de garantia de direitos e de reconhecimento de suas identidades.

Os oito estudos analisados convergem ao demonstrar que a exclusão escolar não pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais, mas como consequência de processos sistemáticos de discriminação, transfobia e negação de direitos que se iniciam, em muitos casos, ainda na infância e adolescência. Ao mesmo tempo, as pesquisas revelam a EJA como espaço de reingresso, resistência e reconstrução de projetos de vida, possibilitando a retomada de trajetórias educacionais interrompidas.

Quadro 1 – Artigos do Portal de Periódicos da CAPES (2015-2025) que abordam a temática pessoas trans e travestis na EJA

Título do artigo	Autor/a	Periódico	Ano da publicação	Link do artigo	Data da busca
A presença e a permanência de pessoas trans em ambiente escolar no Brasil	Auro Fábio Bornia Ortega <i>et al.</i>	Revista Ciências Humanas v. 15 n. 1 (2022).	2022	https://rch.unitau.com.br/index.php/rch/article/view/764	03/06/2026
Modos outros de discência e docência: atravessamentos entre experiências (trans)discentes e a produção acadêmica sobre (trans)docências	AMARO, Ivan; GANEM, Bruno Rodrigues; PEREIRA, Ernane Alexandre.	Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 8, p. 62–84, 2022.	2022	https://doi.org/10.12957/riae.2022.70974	18/06/2025
Resistir para existir: a escola como espaço de produção de violência junto a estudantes trans e travestis.	ALVES, Tamara de Oliveira; LEAL, Rony Pereira	Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, Cuiabá, v. 6, n. 20, p. 01-23.	2023	Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)	05/06/2026
(Trans)vivências e experiências de escolarização na Educação de Jovens e Adultos.	SILVA, Gabriela da; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; VIGANO, Samira de Moraes Maia	Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 32, n. 72, p. 241-259.	2023	Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade	05/06/2026
A produção do conhecimento e o (não) lugar das pessoas trans: invisibilização e resistências.	GUIMARÃES, Jesyan Wilysses Oliveira et al	Sentidos da Cultura, Belém, v. 11, n. 20, p. 163-180.	2024	Sentidos da Cultura (UEPA)	05/06/2026
Formas de resistência e	PONTES, Thiago	Serviço Social em Debate,			

aquilombamento das pessoas transexuais no Brasil.	Aranha; MISAKA, André; HANASHIRO, Mariko	Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 01-18.	2024	<u>Serviço Social em Debate (UEMG)</u>	05/06/2026
Travestis e transexuais nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos.	SANTOS, Danúbia Franklin Lima; SANCEVERINO, Adriana Regina; VIGANO, Samira de Moraes Maia	Perspectiva, Florianópolis, v. 42, p. 1-22.	2024	<u>Perspectiva (UFSC)</u>	05/06/2026
Travestis em contextos educacionais: tensões e resistências vivenciadas por travestis na cidade de Natal, Brasil.	SILVA, Thales Fabricio da Costa; SILVA, Antônio Vladimir Félix da; ARAÚJO, Fernanda Bezerra de.	Contexto & Educação, Ijuí, v. 39, n. 121, p. 1-20.	2024	<u>Contexto & Educação</u>	05/06/2026

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Um dos aspectos mais recorrentes nos estudos refere-se às múltiplas formas de violência vivenciadas por pessoas trans e travestis nos espaços escolares. A revisão realizada por Ortega *et al.* (2022) demonstra que agressões verbais e físicas, discriminação, exclusão social, constrangimentos cotidianos, negação da identidade de gênero e desrespeito ao nome social constituem experiências frequentes na trajetória educacional dessa população. Segundo os/as autores/as, a escola brasileira permanece fortemente marcada por uma lógica cisheteronormativa que dificulta o acesso e, sobretudo, a permanência desses sujeitos nos processos de escolarização. A invisibilidade estatística também é apontada como um elemento central, uma vez que a ausência de dados oficiais sobre a população trans contribui para sua marginalização social e educacional.

Essa realidade é aprofundada pelas reflexões apresentadas em *Modos outros de discência e docência: atravessamentos entre experiências (trans)discentes e a produção acadêmica sobre (trans)docências*, de Amaro,

Ganem e Pereira (2022). O estudo revela que a transfobia se manifesta não apenas por meio de agressões explícitas, mas também em práticas institucionais que negam o uso do nome social, restringem o acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero e silenciam experiências dissidentes. Ao mesmo tempo, ressalta a importância das redes de apoio constituídas por docentes, colegas, familiares e movimentos sociais para a permanência escolar. Em diálogo com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o texto recorda que o Brasil permanece entre os países mais violentos para pessoas trans, registrando 175 assassinatos em 2020, cenário que repercute diretamente sobre suas oportunidades educacionais e sociais.

A compreensão da evasão escolar como um processo de expulsão compulsória aparece de forma particularmente expressiva em *Resistir para Existir: a escola como espaço de produção de violência junto a estudantes trans e travestis*, de Alves e Leal (2023). A partir da narrativa da mãe de um adolescente trans, o estudo demonstra como o desrespeito à identidade de gênero, o bullying, a discriminação e o isolamento produzem sofrimento psíquico e sentimentos de não pertencimento. Nessa perspectiva, o abandono escolar deixa de ser interpretado como decisão individual e passa a ser compreendido como resultado de práticas institucionais que inviabilizam a permanência dos/as estudantes. O dado de que 82% das pessoas trans e travestis abandonam a escola ainda na Educação Básica revela a profundidade desse fenômeno e reforça a necessidade de políticas educacionais comprometidas com a inclusão e o reconhecimento da diversidade.

Quando o foco se desloca para a EJA, observa-se uma mudança significativa na abordagem. Em *(Trans)vivências e experiências de escolarização na Educação de Jovens e Adultos*, artigo de Silva, Lafin e Vigano (2023), as trajetórias interrompidas reaparecem como elemento central das narrativas dos participantes. A pesquisa mostra que a maioria dos estudantes trans e travestis chega à EJA após percursos marcados por exclusão escolar, vulnerabilidade econômica e dificuldades de inserção social. Apesar das limitações ainda presentes nessa modalidade, a EJA é compreendida como espaço de retomada do direito à educação, de reconstrução identitária e de elaboração de novos projetos de vida. O acolhimento das diferenças, o respeito ao nome social e a valorização das experiências dos/as estudantes aparecem como condições fundamentais para a permanência e o sucesso escolar.

A articulação entre exclusão educacional e vulnerabilidade social também é abordada no artigo *A produção do conhecimento e o (não) lugar das pessoas trans: invisibilização e resistências*, de Guimarães *et al.* (2024). O estudo demonstra que a violência contra pessoas trans extrapola os muros da escola e se insere em um contexto mais amplo de desigualdades estruturais. Os dados apresentados revelam que cerca de 72% das pessoas trans não concluem o Ensino Médio e apenas 2% conseguem acessar as universidades federais. Além disso, o Brasil liderou, por quatorze anos consecutivos, os índices mundiais de assassinatos de pessoas trans, registrando 912 mortes entre 2017 e 2022.

Esses indicadores apontam como as barreiras educacionais estão profundamente relacionadas às condições de exclusão social vivenciadas por essa população. Nessa mesma direção, o estudo sobre as formas de resistência e aquilombamento das pessoas transexuais desloca o olhar das violências para as estratégias coletivas de enfrentamento. As experiências de aquilombamento são apresentadas como redes de acolhimento, fortalecimento identitário e produção de saberes capazes de enfrentar os efeitos da discriminação e da exclusão.

A relevância da EJA como território de direitos também é enfatizada no estado do conhecimento intitulado *Travestis e transexuais nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos*, de Santos, Sanceverino e Vigano (2024). Ao mapear a produção acadêmica sobre o tema, as autoras identificam a escassez de estudos dedicados à presença de pessoas trans nessa modalidade, revelando uma dupla invisibilidade: a que marca suas trajetórias educacionais e a que caracteriza a própria produção científica. Ainda assim, os trabalhos analisados convergem ao reconhecer a EJA como espaço privilegiado para a retomada da escolarização e para a reconstrução de trajetórias interrompidas pela transfobia e pela exclusão institucional.

Por fim, as narrativas reunidas em *Travestis em contextos educacionais: tensões e resistências vivenciadas por travestis na cidade de Natal, Brasil*, de Silva, Silva e Araújo (2024), reforçam muitos dos elementos identificados nos demais estudos. As participantes relatam experiências marcadas pelo não reconhecimento da identidade de gênero, pela negação do nome social, por constrangimentos relacionados ao uso dos banheiros e por diferentes formas de violência simbólica e institucional. Essas práticas contribuem para processos de expulsão escolar que ajudam a explicar indicadores alarmantes, como a estimativa de que aproximadamente 70% das travestis do Rio Grande do Norte

sejam analfabetas. Ao mesmo tempo, as narrativas revelam estratégias de resistência e luta por reconhecimento, reafirmando a educação como espaço de disputa por direitos, cidadania e dignidade.

Após a análise dos oito artigos, é possível afirmar que as trajetórias educacionais de pessoas trans e travestis são profundamente atravessadas por processos de violência, discriminação e exclusão que frequentemente resultam na interrupção dos estudos ainda na Educação Básica. O desrespeito ao nome social, a negação da identidade de gênero, a transfobia institucional, o bullying e a ausência de políticas efetivas de acolhimento configuram mecanismos de expulsão escolar que comprometem o direito à educação.

Em contrapartida, a EJA é refletida nas pesquisas como um espaço de (re)existência, acolhimento e reconstrução de trajetórias, possibilitando que sujeitos historicamente excluídos retomem seus percursos formativos. Embora permaneça a escassez de dados oficiais sobre o número de estudantes trans e travestis matriculados/as na educação brasileira, os estudos convergem ao defender a ampliação de políticas de acesso, permanência e reconhecimento, fortalecendo a EJA como território de direitos humanos, diversidade e justiça social.

A EJA como território de direitos humanos: reconhecimento, permanência e (re)existência

A EJA constitui-se historicamente como uma modalidade comprometida com a garantia do direito à educação de sujeitos que tiveram seus processos de escolarização interrompidos ou negados. Entretanto, compreendê-la apenas como espaço de compensação da escolaridade significa reduzir sua dimensão política e social. A modalidade configura-se como um território de direitos humanos, no qual se articulam processos de reconhecimento, inclusão, participação e reconstrução de projetos de vida, acolhendo sujeitos marcados por diferentes formas de exclusão social, econômica, racial, territorial, geracional, cultural e de gênero.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Maio (2026), para quem a promoção dos direitos humanos na escola ultrapassa a garantia formal do acesso e exige a transformação das relações que estruturam o cotidiano escolar. Como afirma a autora, “promover os direitos humanos na escola significa

enfrentar as estruturas que decidem quem é digno de aprender e existir. Transformar a sala de aula em espaço de escuta, reconhecimento e dignidade é tarefa ética e política” (Maio, 2026, p. 13). Assim, a efetivação do direito à educação depende da construção de ambientes educativos capazes de reconhecer a diversidade humana como dimensão constitutiva da experiência escolar.

Nesse sentido, Arroyo (2017) ressalta que os/as estudantes da EJA carregam trajetórias atravessadas pela negação de direitos, pelo trabalho precoce, pela pobreza, pelo racismo, pelas desigualdades de gênero e por outras formas de marginalização. Essa modalidade não se limita, portanto, a garantir acesso à escolarização, mas constitui uma política pública voltada à reparação de injustiças históricas e ao reconhecimento dos/as estudantes como sujeitos de direitos e produtores de saberes. Essa leitura adquire especial relevância quando se observam as trajetórias de pessoas trans e travestis.

Os estudos analisados demonstram que a interrupção da escolarização raramente resulta de uma escolha individual; decorre, sobretudo, de processos permanentes de violência institucional, discriminação e exclusão produzidos pela própria cultura escolar, definidora de padrões e de performances de corpos. Como afirma Ribeiro (2025, p. 214), “não há prática educativa neutra; a escola que silencia corpos dissidentes em seus conteúdos pedagógicos está, deliberadamente, produzindo uma morte simbólica”.

A noção de (re)existência amplia a compreensão dessas trajetórias ao expressar não apenas o enfrentamento das violências, mas a criação de novas formas de existir, aprender, ensinar e produzir conhecimento. Para pessoas trans e travestis, retornar à escola é uma oportunidade de reafirmar a cidadania e reivindicar o direito ao reconhecimento. Essa reflexão aproxima-se da Educação em Direitos Humanos proposta por Candau (2012), segundo a qual educar em direitos humanos implica construir práticas comprometidas com o reconhecimento das diferenças, a valorização da diversidade e o enfrentamento de formas de discriminação. Para que esse compromisso se concretize, a formação docente torna-se elemento central. Como afirmam Domingues e Sena (2024), promover o letramento de gênero e sexualidade entre professores/as significa estabelecer um pacto com a empatia e o respeito à diversidade humana, favorecendo práticas pedagógicas capazes de transformar a escola em espaço efetivo de acolhimento.

Essa necessidade torna-se ainda mais urgente diante do avanço de discursos neoconservadores que procuram interditar o debate sobre gênero, sexualidade e direitos humanos na educação. Conforme observam Rosa e Domingues (2025), a narrativa da denominada “ideologia de gênero” constitui uma estratégia de perseguição ao trabalho docente e de silenciamento de debates indispensáveis à construção de uma educação democrática. Nessa perspectiva, promover os direitos humanos na escola não representa um posicionamento ideológico, mas condição para assegurar o próprio direito à educação e às diversas formas de existir no mundo.

Também a linguagem ocupa lugar central nesse processo. O reconhecimento do nome social, o respeito aos pronomes, a revisão de documentos institucionais e a construção de currículos comprometidos com a diversidade constituem expressões concretas da garantia de direitos. Como sintetiza Silva (2025, p. 130), “A linguagem define quem pertence e quem será excluído. Silenciar-se diante disso é pactuar com a violência”. Assim, muitas das violências sofridas por pessoas trans e travestis manifestam-se por mecanismos cotidianos de invisibilização que comprometem o sentimento de pertencimento à escola.

Nesse sentido, compreender a EJA como território de direitos humanos implica, portanto, reconhecer que o direito à educação exige relações pedagógicas fundamentadas no reconhecimento das diferenças e na valorização da diversidade. Conforme destaca Di Pierro (2017), a modalidade supera a antiga concepção compensatória ao ampliar oportunidades educacionais e favorecer a participação social, política e cultural de sujeitos historicamente marginalizados. Retornar à escola representa, para muitos/as estudantes, recuperar projetos interrompidos, fortalecer a autonomia e ampliar possibilidades de inserção social.

No caso das pessoas trans e travestis, entretanto, esse processo precisa ser compreendido à luz da articulação entre diferentes marcadores de desigualdade. A transfobia soma-se frequentemente às desigualdades de classe, raça, gênero e território, produzindo formas complexas de exclusão. Como afirmam Bispo e Soares (2026, p. 183), “a estrutura patriarcal, que vige em âmbito nacional, tornou frutífera a desigualdade entre os gêneros”, contribuindo para a reprodução de hierarquias que naturalizam diferentes formas de violência. Ainda que as autoras discutam especificamente as desigualdades de gênero, sua análise

permite compreender como estruturas sociais legitimam a exclusão de pessoas trans e travestis também no campo educacional.

Nesse contexto, a permanência escolar deve ser compreendida como uma categoria política. Permanecer na EJA significa enfrentar obstáculos relacionados ao trabalho, à renda, aos cuidados familiares, ao transporte e às múltiplas formas de discriminação, entre as quais aquelas motivadas por ideologias religiosas radicais que fomentam o pânico moral. Para pessoas trans e travestis, permanecer representa ainda desafiar expectativas sociais que historicamente lhes negaram o direito ao conhecimento e ao reconhecimento público. A permanência deixa, assim, de significar apenas continuidade da escolarização para constituir-se como expressão concreta de reexistência.

Por fim, conceber a EJA como território de direitos humanos implica reconhecer que o direito à educação ultrapassa o acesso formal à escola e exige condições para que jovens, adultos e idosos possam permanecer, aprender, ensinar, produzir conhecimentos e existir plenamente. Para pessoas trans e travestis, a permanência escolar representa a possibilidade de reconstruir trajetórias interrompidas pela violência, ressignificar experiências de exclusão e projetar novos horizontes de vida.

Considerações finais

Este estudo partiu da problemática de compreender de que maneira a reflexão acadêmica produzida entre 2015 e 2025 aborda a EJA como um território de garantia de direitos, resistência e (re)existência de pessoas trans e travestis frente às violências que atravessam suas trajetórias educacionais. Os artigos analisados demonstram que as trajetórias escolares de pessoas trans e travestis continuam sendo marcadas por processos de discriminação, transfobia, invisibilização e negação de direitos, elementos que frequentemente contribuem para a interrupção da escolarização ainda na educação básica. Entretanto, a literatura também mostra que a EJA tem se constituído como um importante espaçotempo de acolhimento e reconstrução de percursos educativos interrompidos. Ao possibilitar o retorno à escola, a modalidade favorece não apenas a ampliação da escolaridade, mas também processos de fortalecimento identitário, pertencimento social e reconhecimento da dignidade humana.

Entre as contribuições deste estudo, destaca-se a sistematização da produção científica recente disposta no Portal da CAPES acerca das relações entre EJA, direitos humanos e experiências trans e travestis, ressaltando avanços, lacunas e desafios presentes nesse campo investigativo. Os resultados indicam que, embora o número de pesquisas tenha crescido nos últimos anos, ainda são escassos os estudos que abordam especificamente as experiências desses sujeitos na EJA, revelando a necessidade de ampliação das investigações sobre permanência escolar, práticas pedagógicas inclusivas, currículo, formação docente e políticas educacionais voltadas para a promoção da equidade. Ao reunir e analisar essas produções, o artigo contribui para fortalecer o debate acadêmico-científico e político sobre o direito à educação de populações historicamente marginalizadas.

Por fim, defende-se que a consolidação da EJA como território de direitos humanos exige o compromisso permanente com a construção de espaços educativos pautados pelo respeito às diferenças, pela justiça social e pelo reconhecimento da pluralidade das existências humanas. Isso implica refletir que não é somente uma questão de garantir acesso à escola, faz-se necessário assegurar condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem para pessoas trans e travestis, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e produtoras de saberes. A pesquisa, também, aponta para a urgência de estudos que envolvam, na matriz curricular de formação de professores/as, a temática do acesso e permanência de pessoas trans e travestis na educação escolar.

Em tempos de recrudescimento de discursos de ódio, políticas enviesadas pelo neoliberalismo, discursos religiosos fundamentalistas e de disputas em torno dos direitos das populações LGBTQIAPN+, (re)afirmar e (re)conhecer a EJA como espaçotempo de resistência e (re)existência configura-se um posicionamento ético e político em defesa de uma educação democrática, laica, inclusiva e radicalmente comprometida com a dignidade humana e com um projeto de educação libertadora que valoriza as diversidades/diferenças.

Referências

ALVES, Tamara de Oliveira; LEAL, Rony Pereira. Resistir para existir: a escola como espaço de produção de violência junto a estudantes trans e travestis. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 6, n. 20, p. 01-23, 2023. Disponível em: [Revista Brasileira de Estudos da Homocultura \(REBEH\)](#). Acesso em: 5 jun. 2026.

AMARO, Ivan; GANEM, Bruno Rodrigues; PEREIRA, Ernane Alexandre. Modos outros de discência e docência: atravessamentos entre experiências (trans)discentes e a produção acadêmica sobre (trans)docências. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1007-1031, 2022. Disponível em: [Revista Interinstitucional Artes de Educar \(UERJ\)](#). Acesso em: 5 jun. 2026.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. Entrevista concedida a Roberto Abib. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 330-339, abr./jun. 2019. DOI: 10.29397/reciis.v13i2.1822.

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA, itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BALLESTRERI, Ricardo. **Cidadania e Direitos Humanos**: um sentido para a educação. Rio Grande do Sul: Pater, 1999.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>. Acesso em: 23 jun. 2026.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2017.

BISPO, Dhéborah Larissa de Matos; SOARES, Douglas Verbicaro. Interseccionalidade e transmissão geracional da violência doméstica: diálogos entre Brasil, Índia e a narrativa de Darlings. In: DOMINGUES, Jonathan Machado (org.). **Direitos humanos em crise e resistência**: desigualdades, inclusão e lutas sociais no Brasil contemporâneo. Santo Ângelo: Ilustração, 2026. p. 175-193.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: CNE, 2000.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 5, n. 1, p. 65-82, 2012.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. V.13 n.37 jan/abr. 2008.

CÍRICO Juh; SILVA, Marli Auxiliadora da; CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. Vivências de pessoas transgêneras e travestis em ambientes acadêmicos e empresariais no Brasil. **Cadernos Pagu**, 73, 2025.

DI PIERRO, Maria Clara. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação**: avaliação, desafios e perspectivas. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

DOURADO, Adalberto Davi Cruz Moitinho; COSTA, Luísa Vanessa Carneiro da; SANTOS, Milena Afonso dos. Identidades de gênero dissidentes, raça e território como óbices ao acesso de jovens à educação e ao mercado de trabalho. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, Salvador, BA, Brasil, v. 49, n. 263, p. 696-721, 2024. DOI: 10.25247/2447-861X.2024.n263.p696-721. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1331>. Acesso em: 23 Jun. 2026.

DOMINGUES, Jonathan Machado; SENA, Matheus Reuter. O letramento de gênero e sexualidade na formação docente. **Revista Devir Educação**, Lavras, v. 8, n. 1, e-840, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 73. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GUIMARÃES, Jesyan Wilysses Oliveira et al. A produção do conhecimento e o (não) lugar das pessoas trans: invisibilização e resistências. **Sentidos da Cultura**, Belém, v. 11, n. 20, p. 163-180, 2024. Disponível em: [Sentidos da Cultura \(UEPA\)](#). Acesso em: 5 jun. 2026.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LIRA, Marcos Moreira; ALBUQUERQUE, Silvia Sousa Silva; SOUSA, Fausto Ricardo Silva; CRUZ, Júlio César Vieira da. Educação popular para o fortalecimento da defesa de Direitos Humanos dos(as) moradores(as) de Piquiá de Baixo/MA. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 74-97, 2023. DOI: 10.36704/sdhe.v6i2.7969. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasdireitoshumanoseduacao/article/view/7969>. Acesso em: 21 jun. 2026.

MAIO, Maria José Lima. Educação e direitos humanos: o apagamento institucional e a invisibilidade de mulheres trans e travestis nas políticas

públicas educacionais brasileiras. In: DOMINGUES, Jonathan Machado (org.). **Direitos humanos em Brasil contemporâneo**. Santo Ângelo: Ilustração, 2026. p. 13-24.

NASCIMENTO, Maria das Graças. A dimensão política da formação de professores/as. In: CANDAU, Vera; SACAVINO, Susana. **Educar em Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: D&P Editora, 2000. p. 115-124.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Simões Filho: Devires, 2020.

ORTEGA, Auro Fábio Bornia *et al.* A presença e a permanência de pessoas trans em ambiente escolar no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 15, n. 1, p. 01-17, 2022. Disponível em: [Revista Ciências Humanas \(UNITAU\)](#). Acesso em: 5 jun. 2026.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das travestilidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PONTES, Thiago Aranha; MISAKA, André; HANASHIRO, Mariko. Formas de resistência e aquilombamento das pessoas transexuais no Brasil. **Serviço Social em Debate**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 01-18, 2024. Disponível em: [Serviço Social em Debate \(UEMG\)](#). Acesso em: 5 jun. 2026.

REDE TRANS BRASIL. **Dossiê: Registro Nacional de Mortes de Pessoas Trans no Brasil em 2024: da expectativa de morte a um olhar para a presença viva de estudantes trans na educação básica brasileira**. Brasília: Rede Trans Brasil, 2025.

RIBEIRO, Djalibas Souza. Exclusão escolar e resistências LGBTQ+: uma análise interseccional dos marcadores sociais de opressão e saberes nas margens. In: DOMINGUES, Jonathan Machado (org.). **Direito LGBTQI+ no Brasil: corpos, políticas e resistências: das margens à constituição, histórias de luta e afirmação**. Santo Ângelo: Ilustração, 2025. p. 209-223.

ROSA, Igor; DOMINGUES, Jonathan. **Educação, direitos humanos e ideologia de gênero: O impacto do neoconservadorismo nas escolas**. COR LGBTQIA+, [S. I.], v. 2, n. 8, p. 178-198, 2025.

SANTOS, Danúbia Franklin Lima; SANCEVERINO, Adriana Regina; VIGANO, Samira de Moraes Maia. Travestis e transexuais nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 42, p. 1-22, 2024. Disponível em: [Perspectiva \(UFSC\)](#). Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA, Gabriela da; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; VIGANO, Samira de Moraes Maia. (Trans)vivências e experiências de escolarização na Educação de Jovens e Adultos. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 241-259, 2023. Disponível em: [Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade](#). Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA, Thales Fabricio da Costa; SILVA, Antônio Vladimir Félix da; ARAÚJO, Fernanda Bezerra de. Travestis em contextos educacionais: tensões e

resistências vivenciadas por travestis na cidade de Natal, Brasil. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 39, n. 121, p. 1-20, 2024. Disponível em: Contexto & Educação. Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA, Clodoaldo Ferreira Fernandes. A gramática escolar da sexualidade: normas, resistências e atravessamentos corporais. In: DOMINGUES, Jonathan Machado (org.). **Direito LGBTI+ no Brasil**: corpos, políticas e resistências: das margens à constituição, histórias de luta e afirmação. Santo Ângelo: Ilustração, 2025. p. 129-140.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007. p. 487-503 Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/29_cap_3_artigo_07.pdf Acesso em: 21 jun. 2026.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Monitorização de Homicídio Trans (TMM)**: atualização global 2025. Berlim: TGEU, 2025. Disponível em: <https://tgeu.org/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

XAVIER, Thaís de Oliveira. A educação de pessoas trans: relatos de exclusão, abjeção e luta. **Educação & Realidade**, v. 48, 2023.